

veja

ASSINANTE
LIGUE 0800-010000

ESPECIAL

IANOMAMIS

A morte de um povo

CARTA AO LEITOR

Viagem ao passado e ao futuro dos ianomamis

Um erro de 20 graus na carta de navegação levou o pequeno monomotor a 30 quilômetros além do ponto que deveria estar sobrevoando, uma pista de pouso às margens do Rio Toototobi, onde missionários protestantes vivem há anos com os índios ianomamis na Selva Amazônica, extremo norte do país. Depois de momentos angustiantes voando sobre a

mata fechada, a pista surgiu isolada como um porta-aviões de areia no meio de um oceano de árvores. O avião pousou em segurança trazendo a bordo o editor executivo Eurípedes Alcântara, 34 anos, e o fotógrafo Antônio Ribeiro, 27 anos, encarregados por VEJA de realizar uma reportagem especial sobre o processo de extinção que está vitimando o povo mais primitivo da Terra, os ianomamis, que habitam imemorialmente aquela região remota do país. Veteranos de coberturas na Amazônia, Eurípedes e Ribeiro voaram vinte horas sobre a selva em aviões e helicópteros para chegar às malocas ianomamis, algumas encravadas nas montanhas e só acessíveis ao cabo de caminhadas de duas horas pelo mato. Durante quinze dias, os enviados de VEJA conviveram e conversaram com os índios, com os garimpeiros que exploram as riquezas minerais em suas terras,



Eurípedes em Toototobi: o índio anota

ANTÔNIO RIBEIRO

com missionários e autoridades governamentais responsáveis pela área indígena.

“Os ianomamis são cordiais, têm enorme curiosidade pelo mundo dos homens brancos, e poucos índios, além dos seus líderes, percebem a gravidade e a origem da tragédia que se abate sobre eles”, diz Eurípedes. Em Toototobi os repórteres de VEJA encontraram ianomamis ainda isolados do burburinho dos garimpos, que estão aprendendo a escrever seu próprio

idioma numa escola improvisada na selva pelos missionários. Um dos índios tomou o caderno de notas de Eurípedes e escreveu ali algumas palavras em ianomami. As crianças, tratadas com enorme carinho pelos ianomamis, que não aplicam castigos físicos nelas em nenhuma hipótese, agarram desinibidas as pernas dos visitantes. Em Romoche-there, uma maloca no platô das Serras das Surucucus, a paisagem humana que se ofereceu a eles foi totalmente diferente. Eles viram um pedaço da Etiópia na selva brasileira. “Tinha a idéia fixa de transformar minha máquina nos olhos dos leitores e permitir a eles visualizar todo o tormento daquelas cenas que nos rodeavam”, conta Ribeiro. O resultado do trabalho da dupla de enviados de VEJA é a reportagem de catorze páginas que começa na página 70 desta edição.

ESPECIAL

A morte ronda os índios na floresta

A febre do ouro está dizimando velozmente os ianomamis, o povo mais primitivo e isolado da Terra



"O Sol se tornou negro e a Lua ficou como sangue. As estrelas do céu caíram pela terra."

Apocalipse

"Quando morrerem os últimos pajés o céu vai cair sobre a terra. Também o Sol e as estrelas vão cair e tudo vai ficar escuro."

Da mitologia ianomami

Os índios ianomami são pouco mais de 10 000 homens, mulheres e crianças, perdidos em dezenas de aldeias no norte do Brasil, em Roraima. Eles ocupam uma área do tamanho de Portugal: com um índio para cada 10 quilômetros quadrados, o país ianomami tem uma densidade populacional menor que a do Deserto do Saara. Como os gauleses da história em quadrinhos do Asterix, os ianomamis têm um enorme poder de resistência, um humor cortante e acreditam que o céu pode desabar a qualquer momento sobre suas cabeças — e, é claro, sobre a de todos os *nabe*, a palavra com que eles se referem aos que não falam seu idioma. Pronunciada sempre com uma ponta de descaso, *nabe* define tanto um antropólogo sueco em visita à maloca como um índio caiapó do sul do Pará e um garimpeiro recém-chegado do Maranhão. Faz pouca diferença. O nome, o criador da humanidade, fez primeiro os ianomamis, colocou-os no centro do universo e foi descansar. Só depois se dedicou à tarefa de povoar as distantes terras periféricas com gente exótica. Os ianomamis riem dessa gente estranha que vai visitá-los. Se o

branco desajeitado tropeça e cai num barranco, os índios gargalham e gritam em uníssono, como se estivessem comemorando um gol.

Para os brancos, os ianomamis (palavra que significa simplesmente nossa gente) não são motivo de risos. Quanto mais poderosa a tribo de caras pálidas, mais ela está preocupada com o destino dos risonhos ianomamis. George Bush, cacique da grande aldeia americana do norte, fez questão de que a visita a uma maloca ianomami constasse de sua agenda quando marcou viagem ao Brasil. O príncipe Charles, pajé da taba real britânica, também queria conhecer os índios de Roraima. Tanto Bush como Charles acabaram adiando suas viagens ao Brasil, mas a Organização das Nações Unidas conferiu um diploma, o Prêmio Global 500, a um dos caciques ianomamis, pela luta de seu povo em defesa da floresta. A índia não está nem um pouco empenhada em defender a floresta, mas os chefes ianomamis estão tão preocupados quanto os brancos com a sorte de seu povo. Eles acham que ianomamis e brancos estão correndo perigo de vida, que em pouco tempo o céu cairá e a humanidade acabará. O mundo chegará ao fim, dizem eles, porque os ianomamis estão sendo exterminados. É esse extermínio que colocou os ianomamis nas manchetes da imprensa dos povos ditos civilizados do mundo inteiro.

VINGANÇA — Depois de séculos de isolamento num canto do Brasil que conheceu primeiro o avião e só depois o caminhão, nos últimos três anos os ianomamis viram-



Um bebê no colo e um fardo de...
mato: as mulheres ianomamis...



...lenha de 50 quilos nas costas para uma caminhada de uma hora no meio do
...fazem o trabalho pesado, servindo a maridos polígamos e infanticidas

se pela primeira vez superados numericamente por brancos em seu próprio território. Atraída pelo ouro, toda a sorte de aventureiros invadiu Roraima e interferiu avassaladoramente na maneira de viver dos índios. No auge da febre garimpeira, chegaram a ser produzidas em terras ianomamis 2 toneladas de ouro por mês — duas vezes mais que em Serra Pelada. De uma população estável há centenas de anos, os ianomamis começaram a minguar, abatidos por epidemias e pela fome. Em três anos, morreram cerca de 1 500 índios, quase 15% da população. No mesmo período a taxa de mortalidade acumulada do Brasil foi de 2,4%. Alguns chefes índios e todos os chefes de entidades ecológicas colocam a culpa desses males nos garimpeiros invasores. "Os brancos não sabem disso porque não têm pajés, mas, se os ianomamis sumirem, o céu vai cair na terra e tudo se acaba. Os brancos acabam junto. Essa será nossa vingança", diz o pajé Kopenawa de uma maloca fincada às margens do Rio Demini, no que deveria ser o quilômetro 211 da Rodovia Perimetral Norte, monumento à megalomania do governo militar devorada pela selva.

Às vezes, um número diminuto de pessoas é capaz de atrair as atenções do mundo inteiro. Em 1981, havia menos de 2 000 ingleses nas Ilhas Malvinas — número ridículo, mas suficiente para atrair não só todos os olhares do planeta como também para arrastar a esquadra real britânica e as tropas argentinas a uma guerra selvagem. A mortandade, também, não explica sozinha a simpatia que os ianomamis despertam entre as tribos ocidentais. Na África, milhares e milhares de pessoas já perderam a vida em crises sucessivas de seca e fome, provocando apenas um enternecimento protocolar no Ocidente. Os ianomamis são objeto de interesse por serem únicos e diferentes. Eles são o povo mais primitivo da face da Terra. Estão na era neolítica: não conhecem a escrita, andam nus, fabricam apenas instrumentos rudimentares, vivem de uma agricultura precária (mandioca, banana e cana, para comer, e tabaco, para esfregar nas gengivas), da caça e da pesca, produzem somente o essencial para sobreviver e, portanto, não comerciam. Para as desenvolvidas tribos ocidentais, saturadas de poluição, stress, competição, rock, trabalho, televisão, neuroses, engarrafamentos de trânsito, ciência, Aids e cocaína, os ianomamis representam miticamente o sonho de uma outra vida. Uma vida em comum com a natureza, numa sociedade que desconhece as noções de história e progresso.

ROMA E XUXA — Por deduções lingüísticas, os especialistas estimam que os ianomamis existem como grupo distinto há

A luta pela vida na terra do ouro

10 000 índios ianomamis e um número quase igual de garimpeiros lutam pela posse de uma região de 9,4 milhões de hectares, equivalente à área de Portugal. No auge da exploração pelo garimpo, em fevereiro do ano passado, a região chegou a produzir 2 toneladas de ouro por mês — o dobro que Serra Pelada em sua melhor fase. Suas jazidas de cassiterita, a matéria-prima do estanho, estão entre as cinco maiores do mundo. Desde 1987, quando a febre do ouro começou, já morreram em confrontos violentos cerca de trinta índios e pelo menos vinte garimpeiros

O interesse das grandes



Uma área flutuante



Surucucus - Platô que abriga mais de 4 000 índios. Um pelotão de fronteira do Exército, um posto da Funai com uma médica de plantão e helicópteros da FAB atendem os índios mais próximos

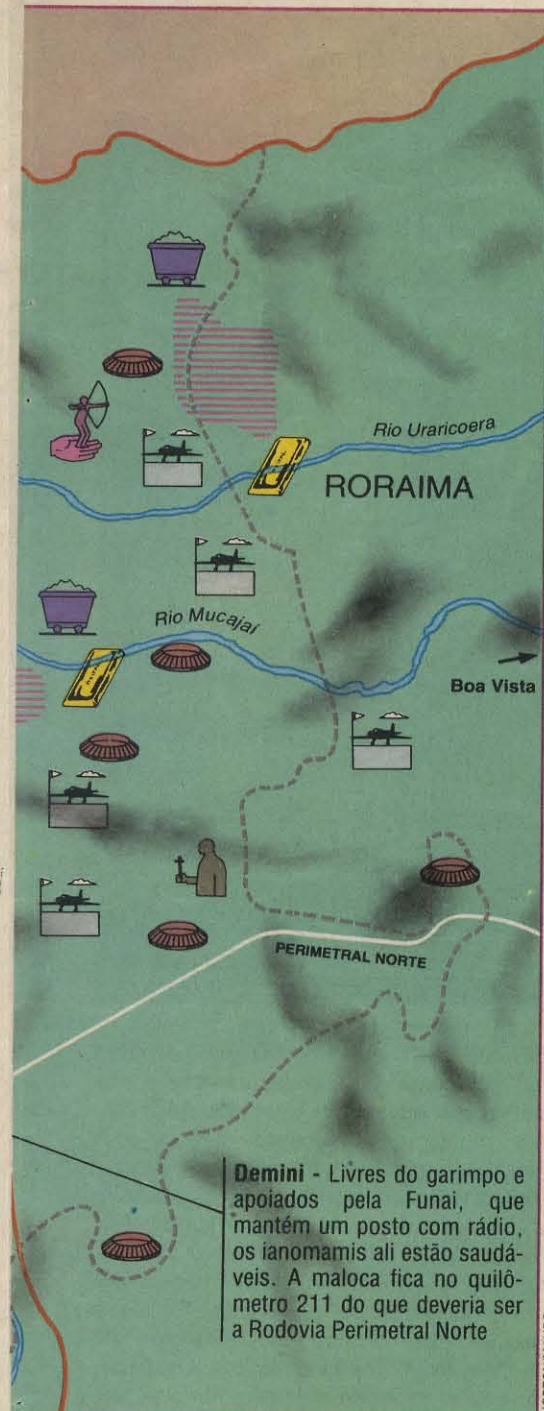
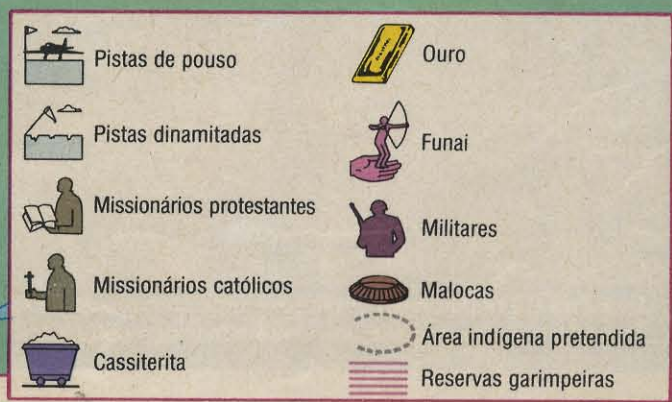
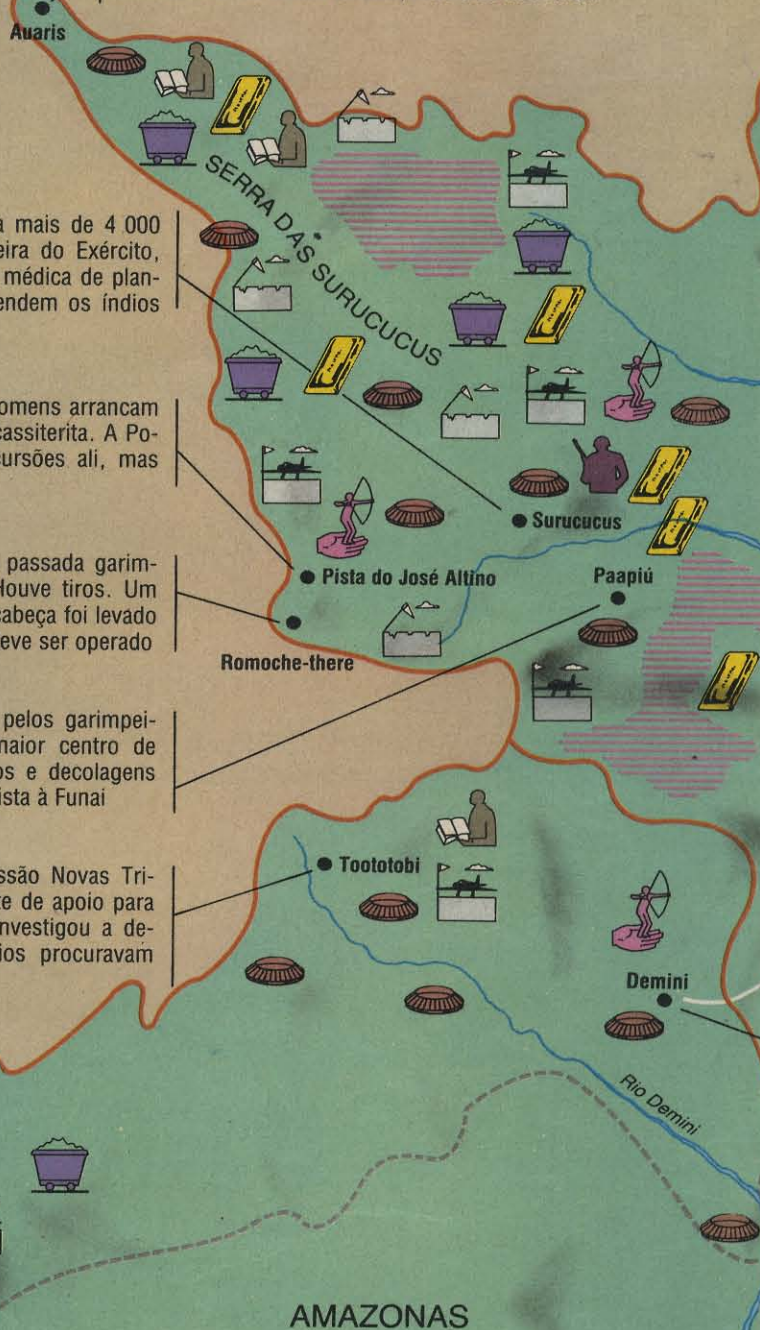
Pista do José Altino - Cem homens arrancam 20 toneladas por semana de cassiterita. A Polícia Federal já fez várias incursões ali, mas não fechou o garimpo

Romoche-there - Na semana passada garimpeiros invadiram a maloca. Houve tiros. Um garoto ianomami atingido na cabeça foi levado pela FAB para Manaus, onde deve ser operado

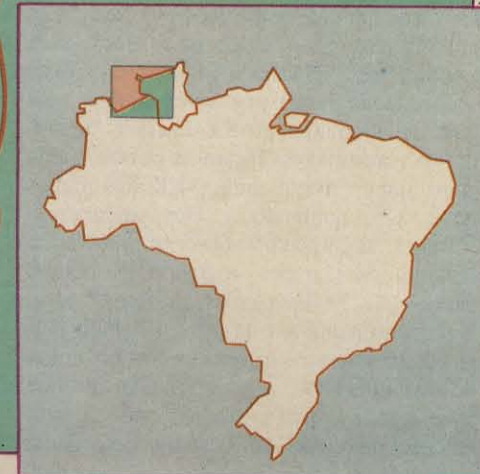
Paapiú - A pista foi tomada pelos garimpeiros, que fizeram dela seu maior centro de apoio, com quase 100 pousos e decolagens por dia. A polícia devolveu a pista à Funai

Toototobi - Religiosos da Missão Novas Tribos do Brasil são a única fonte de apoio para mais de 500 índios. A FAB investigou a denúncia de que os missionários procuravam ouro e os inocentou

Auaris - Na semana passada, três garimpeiros e dois índios morreram num choque. Religiosos da Meva tentaram atender os índios feridos, mas eles morreram



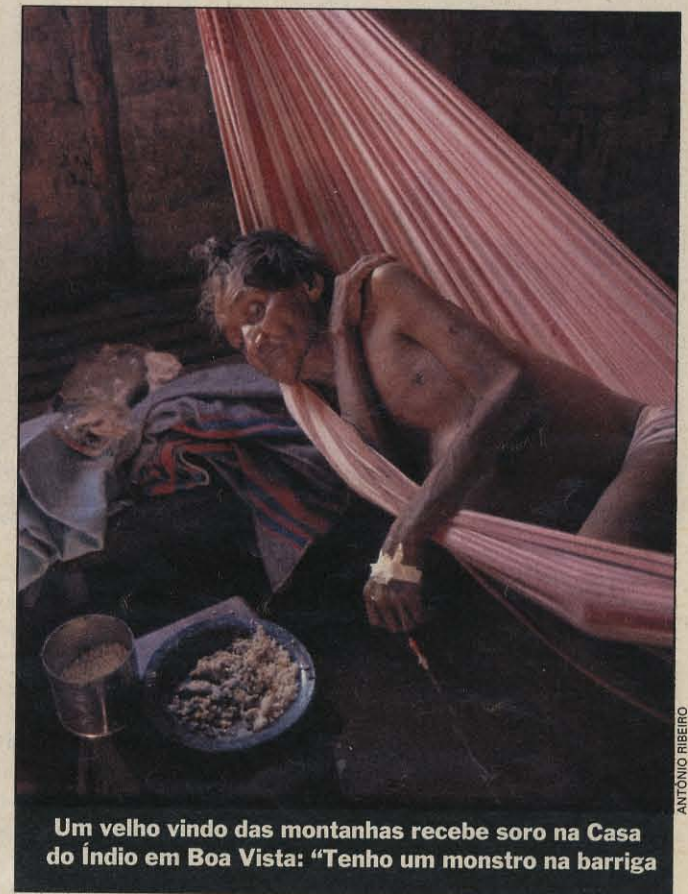
Demini - Livres do garimpo e apoiados pela Funai, que mantém um posto com rádio, os ianomamis ali estão saudáveis. A maloca fica no quilômetro 211 do que deveria ser a Rodovia Perimetral Norte



pelo menos 1 000 anos — e do mesmo jeito. As outras tribos pensaram a filosofia grega, produziram a glória de Roma, inventaram o cristianismo, dilataram a fé e o império, fizeram a Revolução Francesa, mandaram o homem à Lua, idolatram Xuxa e, enquanto isso, os ianomamis estavam na mesma, remando suas canoas na Amazônia. A perda dessa miragem, a destruição dos ianomamis, significaria para os ocidentais o esvanecer da diferença, que o mundo industrial está cada vez ficando mais parecido consigo mesmo. Há muito de idealização no olhar dos civilizados em direção aos ianomamis bons selvagens. Entre eles, os homens são polígamos e as mulheres pegam duro no batente, carregando crianças e lenha por mais de uma hora na floresta. Os ianomamis matam os filhos indesejáveis — especialmente os do sexo feminino —, asfixiando recém-nascidos. Banho, só para refrescar, e higiene, nem pensar. Aos 10 anos, os ianomamis já não têm as unhas dos pés, comidas por bichos. Aos 20, os ossos cranianos deles estão abaulados, tantas e tantas são as porretadas que trocam entre si. Extremamente belicosos, os ianomamis têm na vingança um caráter marcante de sua cultura — e se batem permanentemente, com um vigor furioso.

Kopenawa significa marimbondo furioso, mas ninguém deve chamá-lo assim. Para um ianomami, o nome, além de ser um apelido sempre desairoso, funciona como um CEP para os feitiços enviados pelos inimigos. Nomear alguém é expô-lo à sanha dos malfeitores. Educado por missionários protestantes, Kopenawa tornou-se conhecido pelas entidades ecológicas de todo o mundo como Davi Yanomami. Com esse nome ele recebeu no ano passado o prêmio da ONU — e ganhou também o ódio dos garimpeiros. Eles o chamam pejorativamente de “Davi das Medalhas”. Kopenawa é um dos raros de sua gente que falam português. Os ianomamis são o maior e mais primitivo grupo indígena isolado do planeta, mas

estão assentados sobre uma província mineral das mais ricas do mundo. Em seus domínios há ouro e muita, muitíssima cassiterita, a matéria-prima do estanho. As jazidas não foram medidas, mas a estimativa é de que estejam entre as cinco maiores do mundo. Só esses dois ingredientes já produziram uma confusão de bom tamanho. Somem-se a eles hordas cobiçosas, decisões governamentais contraditórias e uma cultura indígena que considera os metais do subsolo como demônios capazes de espalhar desgraça pelos ares, e o problema aumenta seu poder explosivo. “A *xawara* é a fumaça doente que o ouro joga no ar quando sai de debaixo do chão”, explica



Um velho vindo das montanhas recebe soro na Casa do Índio em Boa Vista: “Tenho um monstro na barriga”

Kopenawa. Descoberto o ouro nas terras ianomamis, a fumaça pestilenta da civilização brasileira começou a empesará-los. Calcula-se que desde 1987, quando a febre do ouro atingiu seu pico, cerca de trinta índios foram mortos em confrontos diretos — que resultaram na morte de pelo menos vinte garimpeiros. Dias atrás, índios e garimpeiros enfrentaram-se a tiros, com vítimas fatais de ambos os lados. Dois índios e três garimpeiros morreram. A doença matou mais gente ainda. Por uma forte imposição cultural que os impede de falar na morte e os obriga a apagar todos os vestígios de um defunto a ponto de arrancar suas árvores preferidas e matar seu cão,



Mãe e filho famintos e infectados por moléstias de pele em Romoche-ther, uma Etiópia brasileira na selva da Serra dos Surucucus que perdeu para a doença e a morte metade de seus índios em quatro anos

ANTÔNIO RIBEIRO

os ianomamis não contabilizam suas baixas. Os antropólogos falam em etnocídio. “Há casos registrados de malocas que perderam 60% de seus integrantes”, diz o antropólogo Carlos Alberto Ricardo, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Cedi. Os índios estariam desaparecendo a uma taxa quatro vezes mais acelerada que a de suas piores epidemias naturais do passado.

CUMPLICIDADE — Os transtornos que os garimpeiros causaram aos índios ocorreram em dois tempos distintos a partir de 1987. Primeiro, quando invadiram a área num movimento de assalto organizado em agosto de 1987, e, a partir de abril, quando foram retirados pela Polícia Federal e a maioria de suas pistas de pouso, dinamitada. O governo promete repetir a operação retirada a partir desta semana. Na primeira ação policial, o número de garimpeiros em área indígena foi reduzido de 20 000 para cerca de 2 000. Das 120 pistas de pouso que serviam ao garimpo sobraram menos de vinte em atividade. “Até o final do ano vamos retirar todos os garimpeiros”, promete Cantídio Guerreiro Guimarães, presidente da Fundação Nacional do Índio, Funai.

Durante os três anos que ficaram na área indígena protegidos pela inoperância do governo Sarney, os garimpeiros estabeleceram com os índios com que mantiveram contato direto uma cumplicidade de interesses. Pouco menos da metade dos 10 000 ianomamis do lado brasileiro — há outros 15 000 na Venezuela quase totalmente isolados — foi exposta à sociedade do garimpo, que não é propriamente a forma mais avançada de civilização, mas tem lá seus confortos, como os remédios e a comida industrializada. “Os garimpos trouxeram só os males do homem branco até os índios, e nenhuma das suas conquistas”, lamenta Ricardo. Especialmente nas regiões montanhosas, como na Serra das Surucucus, onde a mata amazônica é quase um deserto verde com pouquíssima caça, rios despojavados de peixes e terra ácida e arenosa, pouco propícia para o cultivo, a proximidade do garimpo trouxe para os índios, num primeiro momento, a promessa da fartura sem esforço — algo que eles nunca haviam experimentado.

EQUILÍBRIO ROMPIDO — Para não ser incomodados, os garimpeiros montaram eficientes operações de abastecimento aos ianoma-

mis que lembram pela estratégia e objetivo os “protetores” das favelas cariocas — os traficantes que compram a cumplicidade dos moradores dos bairros pobres com ameaças e presentes. Distribuíram generosamente farinha, açúcar, calções, facas e machados. Em pouco tempo os garimpeiros haviam conquistado a confiança dos tuxauas (chefes) mais espertos. A consequência inevitável dessa convivência foi a implosão dos mecanismos naturais de sobrevivência dos ianomamis. “Os índios deixaram de plantar e perderam a acuidade na caça, na esperança de que o armazém gratuito dos garimpeiros fosse durar para sempre”, diz Sebastião Amâncio da Costa, sertanista da Funai que viveu quatro anos com os ianomamis do Rio Demini. “Quando os garimpeiros foram expulsos, ficou claro que o frágil ciclo vital dos índios havia sido quebrado, e eles passaram a sofrer amargamente.” Os garimpos enlamearam os igarapés, matando os poucos peixes que havia, e suas máquinas barulhentas afugentaram os pássaros. Para piorar, os garimpeiros trouxeram um novo tipo de malária bem mais resistente do que aquela com a qual os índios estão acostumados a conviver. Amâncio ajudou a Funai

a elaborar um plano de emergência para evitar a morte por desnutrição dos índios mais atingidos até que eles possam retomar seu ciclo de agricultura. “Isso implica conseguir 2 milhões de dólares e durante um ano, pelo menos, deixar os índios em paz em seu território sendo tratados pelos médicos”, diz Amâncio.

Parece algo bastante simples. O dinheiro está sendo pedido pela Funai à Organização Mundial de Saúde (OMS) ou à FAO, o órgão das Nações Unidas para a alimentação e agricultura. Pelo interesse que os ianomamis despertam no mundo, é presumível que esses recursos surjam de algum lado. Mais complexo é definir — e convencer os empresários do garimpo — por que exatamente os ianomamis têm direito à terra e, tendo, qual o tamanho dela. Pelo princípio consagrado do usucapião, eles têm essa prerrogativa por estar ocupando aquela área pelo menos desde 1700, quando o primeiro desbravador branco registrou sua presença. A própria Constituição de 1988 reconhece os direitos dos índios à posse permanente das terras por eles tradicionalmente ocupadas. A Constituição diz, ainda, que cabe à União demarcar essas terras e protegê-las. A mesma Carta prevê também a possibilidade de que haja mineração em área indígena, desde que o Congresso Nacional aprove e as comunidades afetadas sejam ouvidas.

“GUARIBAS” — “O ideal seria um mecanismo que rompesse o paradoxo de índios vivendo em extrema pobreza sobre uma terra riquíssima”, diz o geólogo João Orestes Schneider dos Santos, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, CPRM. “Há índios no Brasil como os caiapós e americanos como os cherokees que lucraram muito com as riquezas minerais de suas terras.” O geólogo reconhece, no entanto, que dificilmente os ianomamis sairiam da idade da pedra em que vivem para

negociar joint ventures com os garimpeiros e colocar suas ações na Bolsa de Mercadorias de Chicago. Existem diversos diplomas legais definindo a área ianomami. Ela varia, dependendo da decisão, de 2,4 milhões de hectares até 9,4 milhões de hectares. É essa área que as entidades de defesa indígena acham a mais apropriada. O Estado brasileiro tem posições conflitantes a respeito.

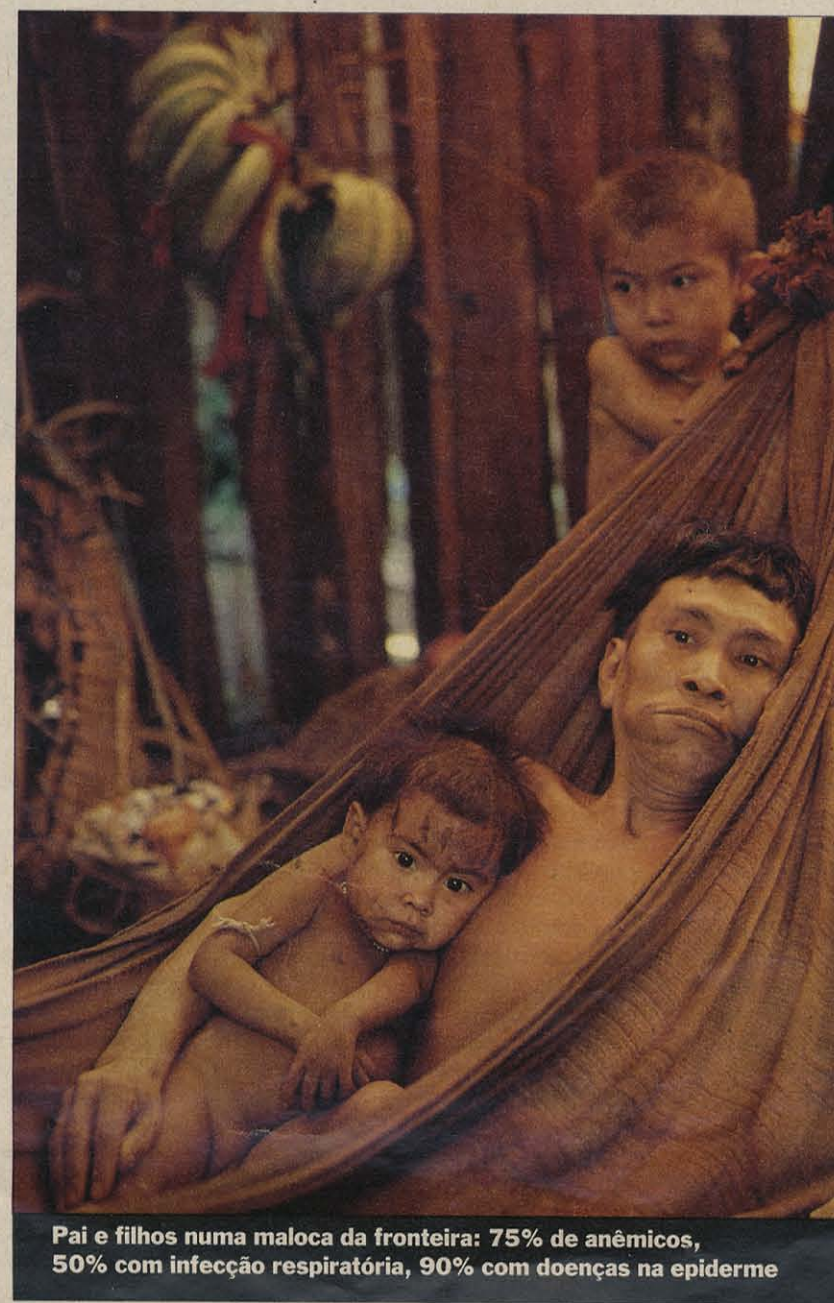
Uma delas é uma portaria interministerial de setembro de 1988 que cria dezenove bolsões descontínuos de terras indígenas em Roraima, contingenciando os ianomamis em ilhas vizinhas a outras ilhas de reservas garimpeiras e florestas nacionais de uso comum. Outra posição oficial veio em outubro do ano passado. O juiz federal do Distrito Federal Novély Vilanova da Silva Reis concedeu uma liminar interditando a

totalidade dos 9,4 milhões de hectares. Foi essa liminar que permitiu ao governo enviar a Polícia Federal para Roraima para desalojar os garimpeiros da área indígena.

Se todos os brasileiros brancos tivessem direito a uma área semelhante à de cada ianomami, o Brasil teria que ter um território igual a cinco vezes a soma total dos cinco continentes. “Não se pode aplicar unilateralmente os critérios do homem branco nessa questão”, explica o antropólogo Ricardo. “Os índios têm sua maneira ancestral de sobreviver que exige enormes extensões de terra para ser mantida, e seria muito bom para o mundo, para a convivência das culturas diferentes sobre o planeta, que isso fosse respeitado.”

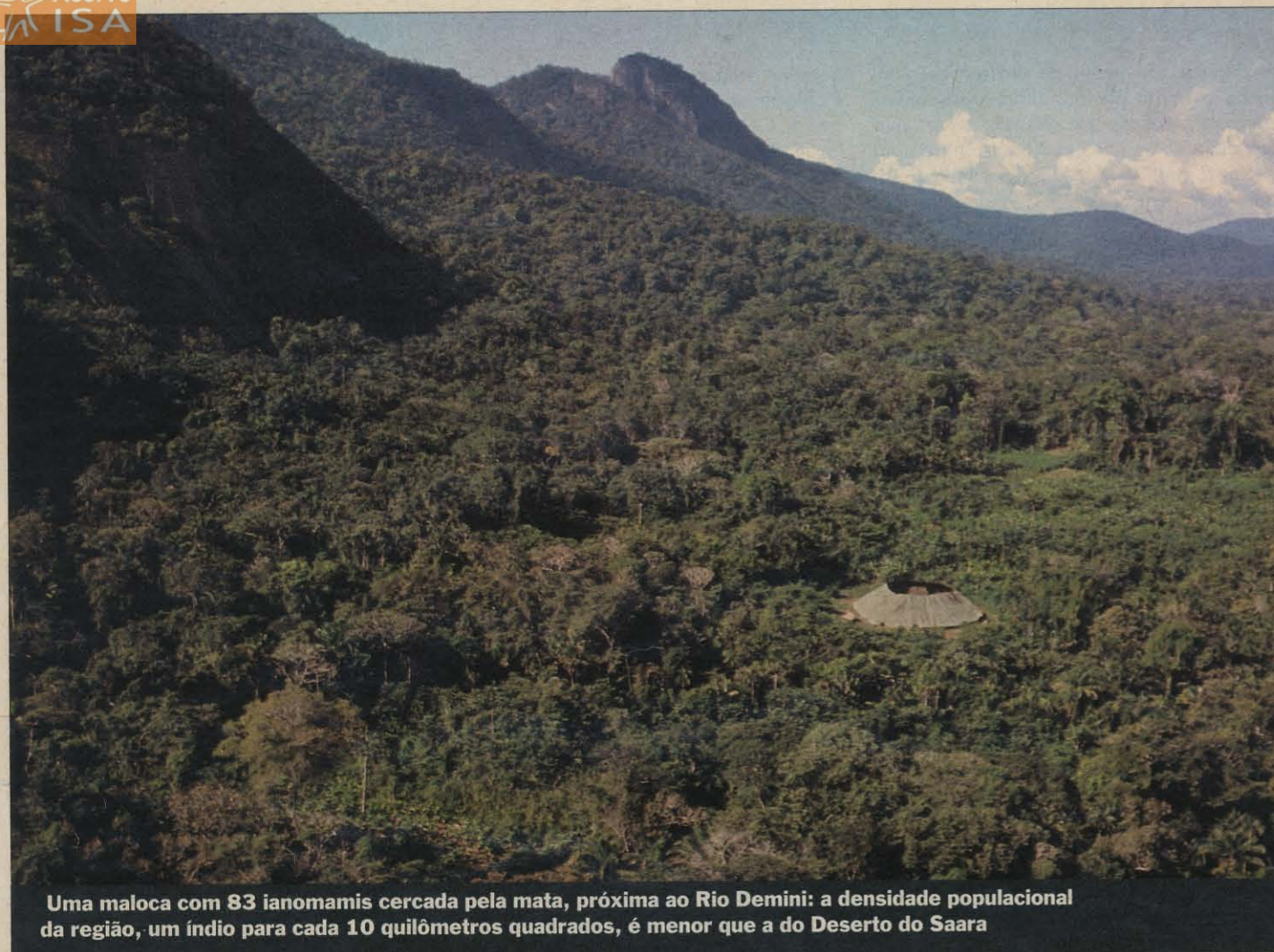
NOVA YORK — Pode parecer um exagero ter um índio para cada 10 quilômetros quadrados de terra. Mas é preciso levar em conta não apenas os hábitos migratórios dos ianomamis — cada maloca desloca-se de 10 a 30 quilômetros no prazo de oito a dez anos — mas também o fato de que a terra sob a floresta em Roraima é de péssima qualidade. Segundo levantamentos da Funai, apenas 5 milhões de hectares da terra indígena ianomami seriam aproveitáveis. “O resto são charcos impraticáveis e montanhas íngremes inabitáveis”, diz Amâncio. O geógrafo americano William Smole dedicou-se a calcular em 1976 qual seria a densidade populacional ideal para os ianomamis. Smole chegou à conclusão de que um grupo de 84 ianomamis estudado por ele retirava todos os recursos de que precisava para sobreviver, desde a palha das malocas até os medicamentos naturais, de uma área de 640 quilômetros quadrados a sua volta. Isso significa uma densidade de 0,13 habitante por quilômetro quadrado, quase exatamente o que está sendo reivindicado pelas entidades protetoras dos índios.

“Não acho que exista muita precisão científica



Pai e filhos numa maloca da fronteira: 75% de anêmicos, 50% com infecção respiratória, 90% com doenças na epiderme

ANTÔNIO RIBEIRO



Uma maloca com 83 ianomamis cercada pela mata, próxima ao Rio Demini: a densidade populacional da região, um índio para cada 10 quilômetros quadrados, é menor que a do Deserto do Saara

ANTÔNIO RIBEIRO

em dados como esses”, diz o geólogo Orestes Santos, um veterano estudioso da Amazônia. “E se cada índio precisasse de uma área de 100 quilômetros quadrados para viver confortavelmente? Seria preciso estender sua reserva até Buenos Aires e Nova York?”, pergunta. Há muitas outras perguntas sem respostas. Suponha que por um plebiscito a maioria dos brasileiros decida, por exemplo, que os antropólogos têm razão e que os ianomamis devem ter seus domínios do tamanho de Portugal demarcados e respeitados integralmente como um santuário. Suponha também que uma epidemia natural de cólera comece a dizimá-los. Seria justo que a FAB e a Funai se movimentassem para ajudá-los a combater a epidemia ou isso seria uma intervenção cultural inaceitável no seu modo de vida? São questões que precisam ser respondidas se os brasileiros não quiserem que os ianomamis tenham o mesmo destino dos quase 5 milhões de índios que viviam no Brasil quando Pedro Álvares Cabral avistou o Monte Pascoal. Desses, restam hoje pouco mais de 130 000 índios — e pouquíssimos ainda mantêm seus hábitos culturais. A maioria foi reduzida a cidadãos de segunda classe. Toda a riqueza indígena do Brasil

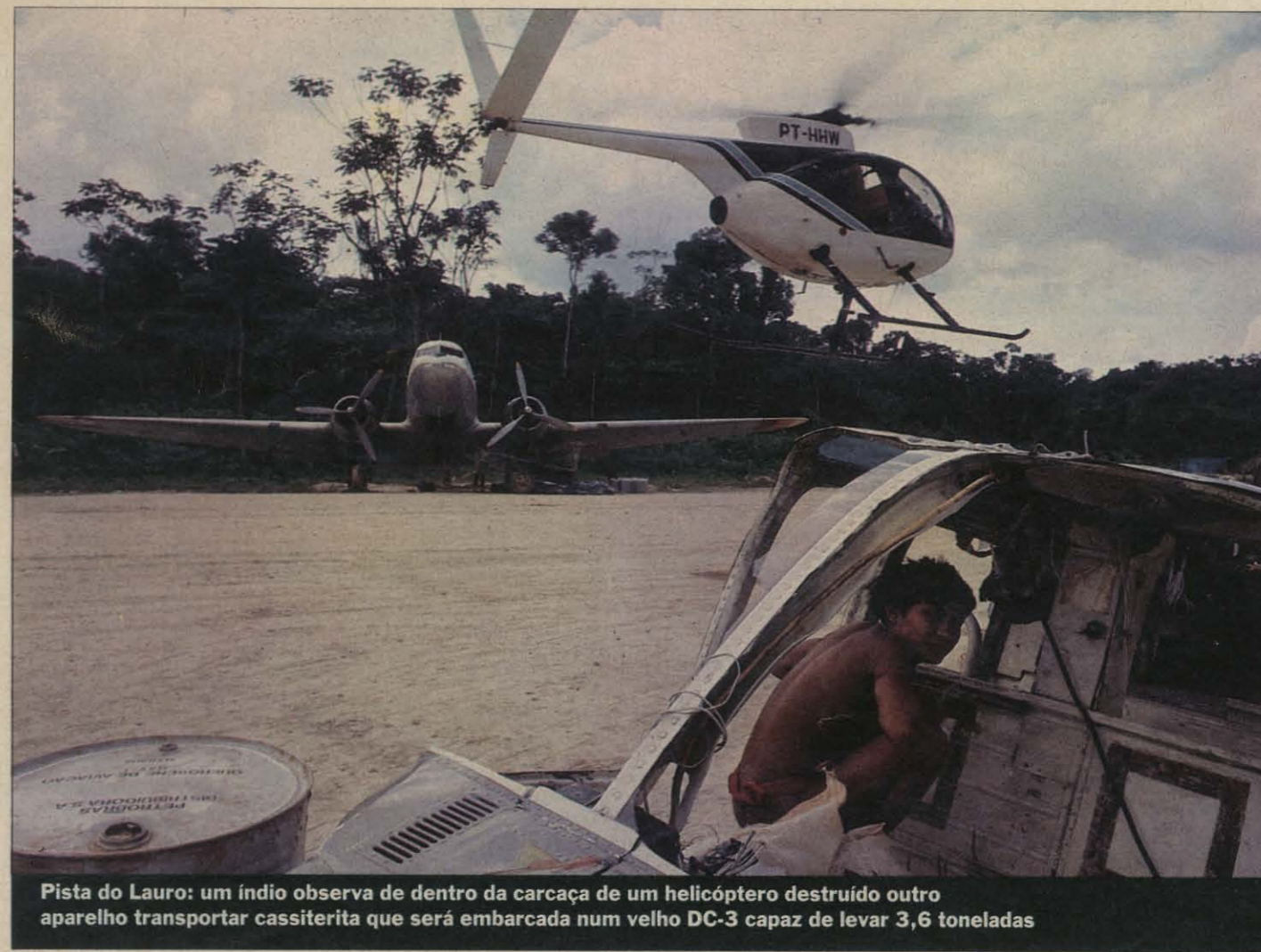
transformou-se em nomes, contemplados apenas em ruas e livros escolares: bororos, guaranis, jês, nhambiquaras, tamoios, tapuias, caduveus, caiovás.

Em breve, ianomamis podem ser mais um nome nessa lista de destruição. A questão ianomami resume-se a essa possibilidade concreta de extermínio, mas se torna mais complexa à medida que se analisam as tribos que os cercam. A tribo dos garimpeiros não está lá por boniteza, e sim por precisão de ganhar a vida (veja reportagem à pág. 78). Movidas pelas mais santas intenções, as tabas missionárias, católicas e protestantes, querem ajudar os índios, mas sua mera presença altera hábitos milenares. A aldeia governamental, através dos clãs da Funai, da FAB e do Exército, está lá como representante do Estado, mas os ianomamis não fazem parte desse Estado — pela lei, os índios têm o mesmo estatuto dos loucos, são inimputáveis. Os índios matam e não podem ser considerados assassinos.

INFANTICÍDIO — A preservação física dos ianomamis, como de qualquer outro grupamento humano, mesmo o dos garimpeiros, não precisa de explicação. É uma rudimen-

tar norma de convivência humana. Os ianomamis, no entanto, não são melhores que os pernambucanos que moram em favelas-palafitas no Recife. A mãe miserável cujo filho morre de desidratação na fila do hospital do Inamps também tem direito a querer proteção da FAB. E a preservação dos ianomamis deve levar em conta a mãe cujo filho morre sem assistência. Os ianomamis praticam uma severa política de controle da natalidade, que inclui matar crianças recém-nascidas indesejáveis por sufocamento com folhas ou pelo simples abandono num buraco de tatu. O infanticídio que espanta os brancos talvez tenha o seu similar na civilização — os 3 milhões de abortos clandestinos feitos no Brasil a cada ano.

A situação atual dos ianomamis pode ser dividida em três grupos distintos. No primeiro grupo ficam os cerca de 4 000 índios que habitam as regiões centrais da reserva, nas imediações da Serra das Surucucus. Eles sofrem atualmente o impacto mais violento da retirada dos garimpeiros de suas terras e do corte no abastecimento de comida e remédios que isso acarretou. “Eles são a nossa Etiópia”, resume o sertanista Amâncio. Um resumo dessa Etiópia pode ser



Pista do Lauro: um índio observa de dentro da carcaça de um helicóptero destruído outro aparelho transportar cassiterita que será embarcada num velho DC-3 capaz de levar 3,6 toneladas

ANTÔNIO RIBEIRO

visto na Casa do Índio em Boa Vista, onde a Funai concentra os índios doentes trazidos para a cidade. Ali, na semana passada, um velho ianomami de quase 70 anos, estendido numa rede, explicava seu mal. “Tenho um monstro na barriga.” Ele é o primeiro caso diagnosticado de leishmaniose visceral, uma nova forma de matar que recai sobre os índios. Num segundo grupo encontram-se cerca de 3 000 índios do norte do Estado — relativamente distantes do epicentro da tragédia de seus parentes mas também longe da assistência da Funai. Os índios do terceiro grupo que estão em melhor situação são os do sul do Estado, na região dos rios Demini e Toototobi, na divisa de Roraima com o Estado do Amazonas. Esses índios estão quase fora da influência dos garimpeiros e têm assistência permanente da Funai e de missionários católicos e protestantes.

O platô de 890 metros de altitude dominado pela Serra das Surucucus, no coração da reserva ianomami, abriga atualmente talvez a mais angustiante paisagem humana do planeta. Índios e garimpeiros vagam em hordas em torno das pistas abandonadas ou operadas na clandestinidade pelos donos do garimpo disputando o que restou da antiga

opulência garimpeira. Na Pista do Lauro, um velho avião DC-3, veterano da II Guerra Mundial, aguarda que se concentrem ali sacos de cassiterita trazidos por helicópteros e aviões menores. Quando estiver carregado, o DC-3 decolará com 3,6 toneladas do metal. Os índios assistem a tudo atônitos e vagam pela pista desordenadamente. Alguns ajudam os garimpeiros a carregar o avião em troca de algumas migalhas de arroz e farinha, outros se escondem dentro dos escombros de helicópteros e aviões acidentados.

BOM SELVAGEM NA FAVELA — A maloca de Romochethere é a capital da dor nesse platô. Em janeiro deste ano viviam ali quase 150 índios. Na semana passada havia pouco mais de cinquenta. O que antes era uma imponente maloca de palha trançada transformou-se num acampamento circular coberto com o que restou de lonas de garimpeiros. Os índios vestidos com calções e camisetas sujos parecem mendigos molambentos. O tuxaua usa uma malha de banho apertada e um pente na cintura. O pajé, que deveria espantar os maus espíritos, está doente na rede cercado pelos filhos desnutridos e doentes. O ar da malo-

ca, impregnado da fumaça das fogueiras que cada família acende, tem mais gás carbônico que a atmosfera de uma metrópole como São Paulo. As infecções pulmonares agudas atingem quase 50% dos índios. O “bom selvagem” estava reduzido a um favelado no meio da selva.

“Bom selvagem” é uma expressão inventada pelo filósofo francês Jean-Jacques Rousseau no século XVIII. Injustamente, ao menos na sua versão mais popularizada, o grande Rousseau entrou para a História como o bobo alegre que idealizou os povos primitivos ao afirmar que os selvagens eram superiores aos civilizados. O filósofo não escreveu nada disso. O que Rousseau escreveu, isto sim, é que a humanidade seria mais feliz se chegasse a “um justo meio-termo entre a indolência do estado primitivo e a petulante atividade de nosso amor próprio”. Ou seja, que a boa sociedade seria aquela que combinasse a harmonia ianomami com o afã de desenvolvimento da sociedade brasileira. Esse afã levou o Brasil a procurar ouro e cassiterita em terras ianomamis. E provoca a morte da cultura indígena. O meio-termo rousseauiano é um imperativo. Sem ele, os ianomamis estarão condenados à destruição.



José Altino, o maior recolhedor de impostos de Roraima e líder dos garimpeiros, em sua pista que custou 20 quilos de ouro: "A Igreja vive do sonho, os militares, da ideologia, e nós, da realidade"

Fronteira sem lei

A tribo dos garimpeiros também sofre, mas não consegue atrair simpatia para sua causa



Os aviões saem de fábrica com um dispositivo chamado alarme de stol, que faz soar uma buzina estridente na cabine quando o aparelho perde potência e ameaça despencar, avisando o piloto para tomar alguma providência. Os pilotos de garimpo de Roraima costumam calar permanentemente esse alarme, danificando seus sensores de modo que possam voar com sobrecarga, e nas condições mais perigosas, sem serem incomodados pela buzina. Isso é mais ou menos como avariar o breque de um carro para que ele possa correr mais. A tribo dos garimpeiros que invadiu Roraima a partir de 1987 traz essa marca registrada de desafio às leis — seja a da gravidade, sejam os decretos de delimita-

ção das terras ianomamis. Sete em cada dez garimpeiros que se arriscaram em áreas indígenas vieram do Nordeste com passagens só de ida pagas pelos prefeitos de suas cidades. "Vim em busca de riqueza e só saio morto, porque a vida fora daqui não tem muito a oferecer", diz o garimpeiro Raimundo Neves, 41 anos, que saiu de Colinas, no Maranhão, e hoje tenta a sorte num garimpo clandestino na fronteira com a Venezuela.

A conta que dá convicção a Raimundo é simples. "Posso arranjar num bom dia 10 gramas de ouro. Para conseguir isso com salário tenho que trabalhar dois meses", diz o garimpeiro. Desde que a Polícia Federal começou a desalojar os garimpeiros das terras ianomamis, os bons dias de que fala Raimundo estão cada vez mais raros. Das 120 pistas que existiam próximas aos garim-

pos, pouco mais de duas dezenas continuam sendo operadas. A Polícia Federal e a Funai pretendem realizar ainda este mês uma nova operação arrastão para tirar os últimos garimpeiros que ainda resistem no mato.

CASSITERITA NO AVIÃO — Os garimpeiros retirados das terras indígenas estão se amontoando na periferia de Boa Vista, a capital da tribo dos brancos na área. No auge da produção do garimpo, a expansão do consumo em Boa Vista foi explosiva. A arrecadação de impostos cresceu 2 000% descontada a inflação em apenas dois anos. Em uma década a população saltou de 35 000 habitantes para 180 000. "Acho que a crise será explosiva se não deixarem os garimpeiros voltar a trabalhar", diz José Altino Machado, 48 anos, líder dos garimpeiros da Amazônia e candidato a senador pelo PMDB de Roraima. Ele próprio, escudado numa liminar de um juiz local, continua tocando seu garimpo de cassiterita com uma centena de homens numa área que ele diz estar fora da região indígena — mas que tanto nos mapas da Funai quanto nos da Polícia Federal e da FAB está encravado em região ianomami. Aos garimpeiros que trabalham com ele, Altino paga 20 cruzeiros por quilo de cassi-

terita. Revende o metal por 640 cruzeiros. A margem de lucro é tamanha que ele se dá ao luxo de transportar a cassiterita de avião.

"O garimpo é um modelo econômico que deveria ser copiado em todo o país", diz Altino. "Aqui, quem não trabalha não ganha. Todo mundo tem função e ganha de acordo com sua produtividade." É uma visão edulcorada, de proprietário, já que os garimpeiros que trabalham para as empresas vivem em condições de fazer dó. Os garimpos organizam-se em torno de donos de pistas de pouso, já que o avião é o único meio de transporte acessível. Rasgar uma pista no meio da floresta pode custar até 20 quilos de ouro — o equivalente a 20 milhões de cruzeiros. A maioria dos garimpeiros vive embrenhada no mato, sem nenhuma garantia. Se adoecem têm que pagar o tratamento — em ouro. Um kit de remédios contra a malária, na região, custa 80 gramas de ouro. Mesmo um garimpo lucrativo como o de Altino seria economicamente inviável se a mais básica legislação trabalhista o alcançasse. "A Igreja vive do sonho, os militares, da ideologia, e nós, da realidade", afirma José Altino.

FILA NOS BARRACÕES

O garimpeiro de Roraima trabalha de chuteiras — o único calçado que resiste ao barro escorregadio e ajuda a prevenir tombos —, com uma mangueira de alta pressão nas mãos e o ruído ensurdecedor do motor estacionário de compressão nos ouvidos. O jato d'água arranca a terra dos barrancos onde está o ouro ou a cassiterita que se deseja extrair. A terra diluída na água depois é depurada para a separação do metal dos outros minerais indesejáveis. Dez homens arrancam um barranco de cassiterita inteiro ao longo de uma semana. Um bom barranco pode render até 4 toneladas do metal. Os ianomamis observam tudo e raramente interferem. Rapidamente aprendem a disciplina dos acampamentos. Altino se orgulha de dar comida e remédios para cerca de

240 ianomamis cujas malocas espalham-se em torno de sua pista — algumas ficam até 10 quilômetros de distância. Todos os dias, às 8 horas da manhã, os índios fazem fila em frente a um dos barracões da pista. "No começo, eles não queriam receber alimentos de uma mulher, mas os submeti à minha disciplina", diz Alita, a irmã de José Altino que cuida da distribuição de farinha, arroz e comprimidos de vitaminas aos índios. "Mudei a hierarquia deles. Sirvo primeiro às crianças, depois às mulheres e só depois aos homens", conta ela, com ar de vitória. Para um ianomami, ser servido depois das mulheres e das crianças é uma humilhação. Os índios longe da influência do garimpo acordam cedo para trabalhar. O tuxaua (cacique) faz um discurso emocionado no meio da maloca em que mistu-

ra as tarefas a serem executadas ao longo do dia com louvações à natureza e à bravura dos ianomamis.

"O discurso do tuxaua da maloca do Toototobi é quase uma obra literária", diz o missionário Brien Wardlaw. O tuxaua é um capataz consentido pelos índios, uma espécie de animador cultural dedicado a fazê-los trabalhar e prosperar. "O tuxaua tem que ser um líder inteligente e democrático", explica Brien. "Ele ouve, por exemplo, nas rodas de conversa vários índios dizerem que a época é boa para fazer o timbó, a pesca com cipó venenoso que mata os peixes que são fisgados, depois, correnteza abaixo. No dia seguinte, ele propõe que a tribo faça o timbó, e todos acham boa idéia e vão fazer. Se o tuxaua não der o comando, eles não fazem o timbó." Os índios que rondam as pistas de garimpo continuam respeitando seus tuxauas, que são, no entanto, obrigados a ver sua liderança disputada por outros índios da aldeia que ficaram mais amigos dos garimpeiros e, portanto, levam mais comida para a maloca.

São poucos os ianomamis que associam o crescimento das doenças entre eles com a chegada dos garimpeiros. Segundo levantamentos da Comissão para Criação do Parque Yanomami, CCPY, na região do Paapiú, a pista que ficou famosa como a porta de entrada do garimpo, apenas 3% dos índios tinham malária, 10% problemas respiratórios e 5% tinham anemia. Em janeiro deste ano, pouco mais de dois anos depois da chegada do garimpo mecanizado na área, os casos de malária saltaram para 60%, os de infecção respiratória para 45% e as anemias para 75%. Os missionários das Novas Tribos do Brasil que trabalham na fronteira da Venezuela com índios isolados contam que já atenderam casos desesperadores de tribos inteiras consumidas por doenças em regiões muito distantes das áreas de garimpo.



Garimpeiro em ação para ganhar 20 cruzeiros por quilo de cassiterita: malária, isolamento e nenhum movimento internacional para ampará-lo

Os pajés brancos

A luta para salvar pacientes sem nome, que recusam remédios e vivem brigando com os parentes



A Fundação Nacional do Índio, a Funai, é uma tribo curiosa. Metade de seus 4 500 funcionários nunca viu um índio na mata. A região amazônica abriga seis em cada dez índios brasileiros, mas apenas uma em cada dez pessoas que recebem um salário da Funai. Para cuidar da imensa área ianomami, a Funai tem cerca de 100 pessoas. Dessas, apenas doze estão diretamente em contato com os índios. “Corrigir essas distorções será minha primeira missão na Funai”, diz Cantídio Guerreiro, recém-empossado na direção do órgão. Os ianomamis têm um de seus pajés, Davi Kopenawa, na folha de pagamento da Funai. Davi é chefe de posto na maloca do

Demini e ganha um salário de 80 000 cruzeiros mensais. “Temos um rádio alimentado por baterias solares, e em casos de emergência a Funai manda um avião no dia seguinte”, diz Davi. As coisas na vida real não são tão automáticas. A situação financeira da Funai em Boa Vista é catastrófica. Os dois aviões estão quase sempre em pane por falta de dinheiro para comprar peças, o escritório deve 5 milhões na praça e está sob ameaça de ter o telefone cortado e a máquina de xerox retirada por falta de pagamento.

“As deficiências da Funai são históricas, mas temos boas perspectivas de melhora”, diz João Carlos Nicolli, um engenheiro civil paranaense de 33 anos, tuxaua da fundação em Boa Vista que em três meses no cargo mostrou uma incrível disposição para o

trabalho, a ponto de agradar até mesmo os membros da Comissão pela Criação do Parque Yanomami, CCPY, os críticos mais ácidos do governo. “Ele respeita o índio e isso é inédito na Funai”, diz o missionário católico Carlo Zacchini, da CCPY. Para os 10 000 ianomamis, a Funai é uma tribo sem muita constância, que ora os ajuda, ora desaparece e ignora suas eternas e violentas divergências. Muitas vezes a Funai é obrigada a levar um índio doente para um posto próximo a uma maloca onde ele tem inimigos de morte. Os ianomamis alimentam com esmero suas desavenças internas e nunca deixam uma vingança sem ser realizada. Se um parente é atacado e morto, alguém deve vingá-lo sob pena de criar animosidade eterna com os espíritos. Ocorre que os ianomamis são a população com a maior taxa de casamentos consanguíneos do planeta, e os graus de parentesco são registrados com enorme precisão. “Oitenta por cento dos índios de uma maloca têm algum grau de parentesco sanguíneo com pelo menos outros 75% dos membros da tribo”, diz o antropólogo americano Napoleon Chagnon, que há 24 anos estuda os ianomamis e chegou a morar

cinquenta semanas numa maloca. “Essa quantidade enorme de parentes torna as vinganças em guerras intermináveis. É por isso também que eles estão sempre criando malocas novas.”

“BURUBURU” — “Surucucus” foi a única palavra que um velho ianomami doente conseguiu falar a bordo do helicóptero Esquilo da FAB que o levava de sua maloca para o posto da Funai na Serra das Surucucus. “Ele tem inimigos naquela região e será um enorme problema quando os índios souberem que ele está no posto”, conta Nivaldo Elias, técnico indigenista da Funai que convive há catorze anos com os ianomamis. Elias pretendia levar o índio para outro posto da Funai numa pista conhecida como Jeremias, mas não havia segurança suficiente. Quarenta garimpeiros acampados nas proximidades forçaram a Funai a retirar seu pessoal da pista do Jeremias — que, na semana passada, finalmente, foi retomada com a ajuda de policiais federais. As crianças e as mulheres foram os primeiros a ver o velho doente sendo retirado do helicóptero. Logo vieram os homens. Furiosos, eles gritavam para que o índio inimigo fosse levado embora

imediatamente. Ele acabou passando a noite solitário numa sala isolada do posto da Funai.

O primeiro índio que o tenente da FAB Cassiano de Queiroz, de 26 anos, viu, ele achou muito pequeno. Ele pilota, com o tenente Paulo Sérgio Renesto, de 24 anos, o helicóptero da FAB que presta assistência e socorro médico aos ianomamis na região de Surucucus. “Eles chamam o helicóptero de buruburu”, conta o tenente, cujas missões de resgate naquela região chuvosa e montanhosa da fronteira com a Venezuela são sempre arriscadas. O “buruburu” Esquilo é ideal para operações na região ianomami. Suas duas turbinas são pouco potentes — ele só pode transportar quatro pessoas além da tripulação — e não danificam as malocas. Outro helicóptero da FAB que voa na região é o gigantesco Puma, que pode transportar 45 passageiros, mas seu rotor produz tanto vento que arranca o teto das malocas.

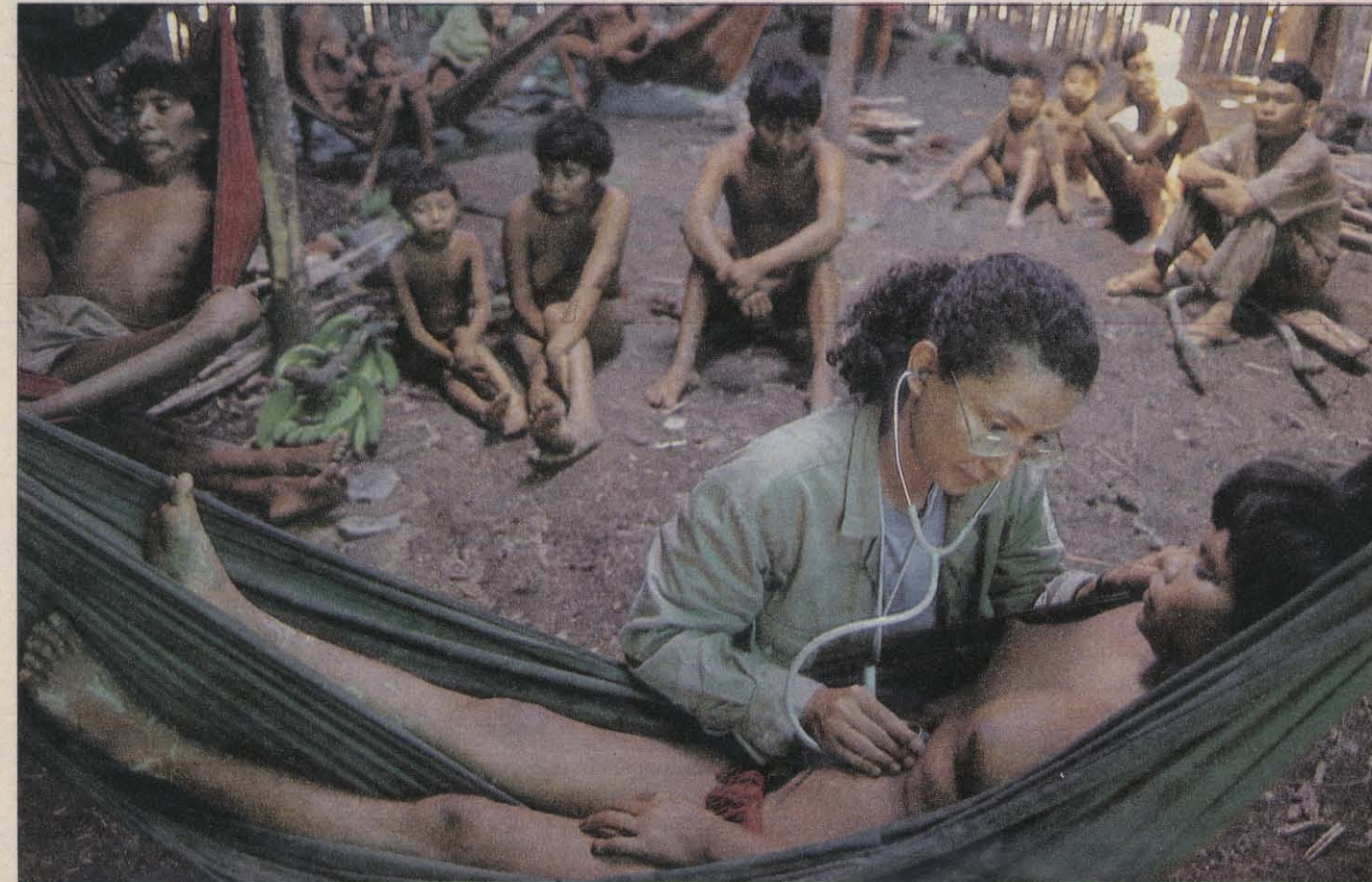
TATUAGEM — As crianças ianomamis são fascinadas pelos helicópteros a ponto de reproduzi-los em peças toscas de artesanato feitas com gravetos que imitam as pás. “Sem o helicóptero, o trabalho aqui é

impossível”, diz a médica Maria Aparecida Silva, uma paulista de 32 anos, contratada pela Funai para ganhar 65 000 cruzeiros por mês. Aparecida passa 45 dias no mato, e muitas vezes o que há para comer é apenas arroz e feijão. “Os índios precisam de muito mais ajuda para sobreviver. O que fazemos é pouco”, diz a médica. Os ianomamis duvidam muito da medicina dos brancos. “Os nabe nos ajudam, mas são muito ignorantes porque desconhecem os espíritos que fazem o mal”, diz um dos pajés. Os médicos enfrentam enorme dificuldade em fazer os índios tomar os remédios ou dar remédios para as crianças e os velhos nas dosagens certas. Eles costumam beber coquetéis de todos os remédios de que dispõem na maloca, misturando antibióticos, antimaláricos, analgésicos e vermífugos numa só infusão. Para os ianomamis, o que cura a malária, por exemplo, é a picada que os médicos fazem no dedo. As picadas são feitas para colher sangue, que será estudado mais tarde no microscópio em busca de sinais da malária. Como os ianomamis não dizem o nome, os médicos são obrigados a marcá-los nos braços com tatuagens temporárias de modo a saber quem já foi diagnosticado e medicado.



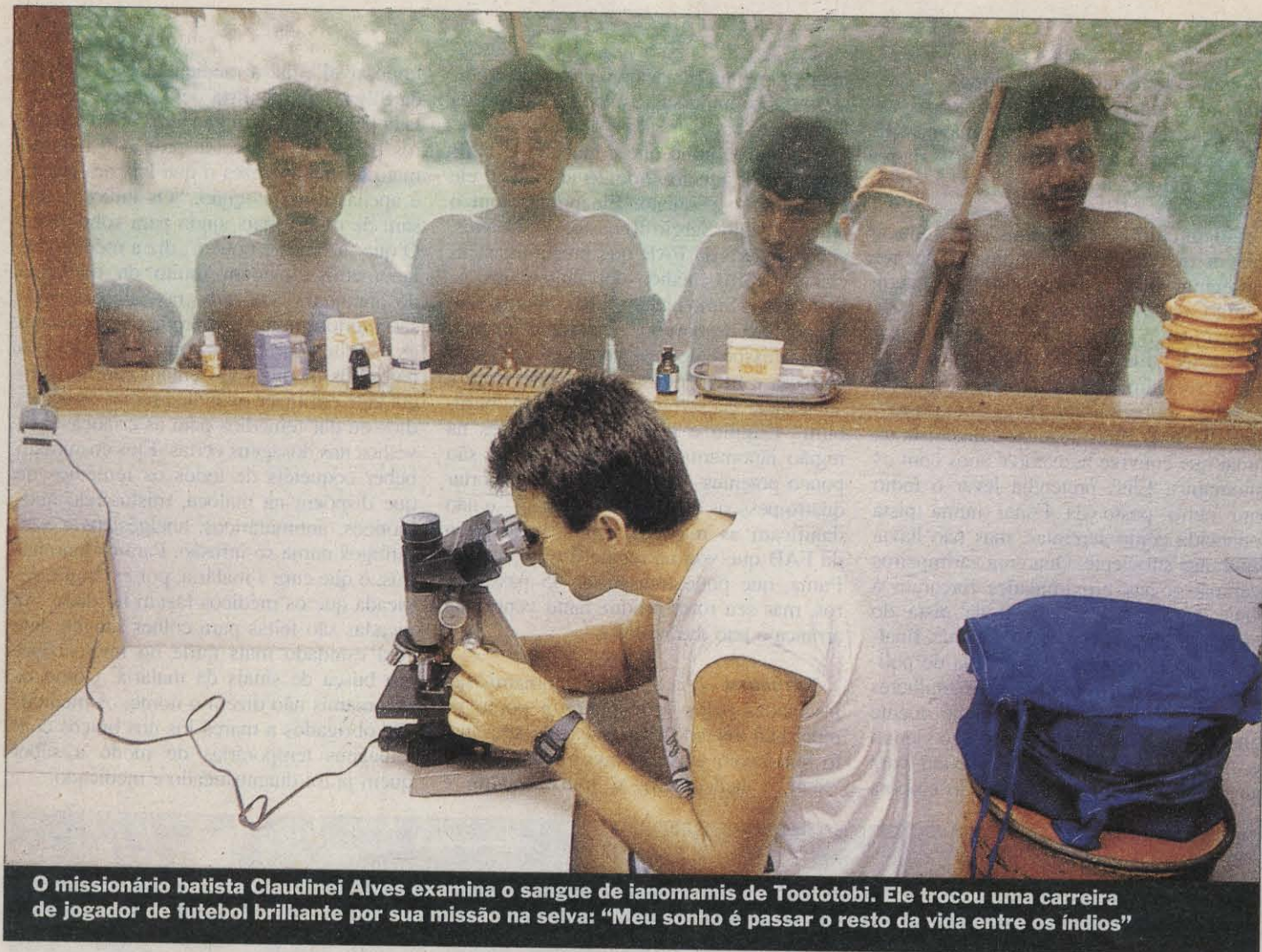
O técnico Nivaldo Elias, da Funai, conduz um velho ianomami doente até o helicóptero da FAB. Catorze anos de experiência na área lhe ensinaram a encarar a dor: “São bravos na adversidade”

ANTÔNIO RIBEIRO



A médica Maria Aparecida examina uma paciente numa maloca da Pista do Macarrão em troca de um salário de 65 000 cruzeiros mensais e passa até 45 dias no mato comendo apenas arroz com feijão: “É preciso mais ajuda”

ANTÔNIO RIBEIRO



O missionário batista Claudinei Alves examina o sangue de ianomamis de Toototobi. Ele trocou uma carreira de jogador de futebol brilhante por sua missão na selva: "Meu sonho é passar o resto da vida entre os índios"

ANTÔNIO RIBEIRO



O missionário católico da Consolata Carlo Zacchini: "Até na Lua, onde não há vida, a civilização chegou com muito mais cuidado. O que fazem com os índios equivale a entrar atirando num jardim de infância"

ANTÔNIO RIBEIRO

O céu pode esperar

Os missionários adiam a salvação da alma dos ianomamis para se engajar na luta pela sua preservação física



Quando o missionário italiano Carlo Zacchini, 53 anos, chegou ao Brasil, no começo dos anos 60, Boa Vista, capital da tribo dos brancos, tinha pouco mais de 20 000 habitantes e os únicos meios de acesso eram o avião e o barco. "Pensei que não ia agüentar de tanto calor. Suava tanto que não conseguia dormir", lembra Zacchini, que pertence à Missão Consolata, uma ordem criada no começo do século por Giuseppe Alamano, que será beatificado este mês pelo papa João Paulo II. Zacchini foi para a selva na região do Rio Catrimani. "O primeiro ianomami que vi me marcou para sempre. Era uma criança grande transbordando de bondade", diz.

Ele deveria ficar apenas um mês, mas acabou passando catorze anos entre os índios, aprendeu muito bem um dos quatro idiomas ianomamis e desistiu de salvar-lhes as almas. "Crianças têm seu lugar assegurado no céu, mesmo que não sejam versadas em religião", acredita Zacchini.

O religioso tornou-se um combatente político em defesa dos índios. "Uma das maiores mentiras que se dizem sobre a questão do garimpo é a de que se ele for interrompido estará se criando uma crise social em Roraima", diz o missionário. "O garimpo é a própria crise, pois está assentado numa estrutura de exploração de uma maioria de migrantes por alguns poucos poderosos donos de pistas." Zacchini acha que os brasileiros precisam se interessar mais pela questão dos índios e só assim

eles teriam chances de conhecer uma civilização melhor que a do garimpo. "Até na Lua, onde não há vida, a civilização chegou com muito mais cuidado. O que fazem com os índios equivale a entrar atirando num jardim-de-infância", diz Zacchini com a veemência de quem está defendendo os próprios filhos.

MORTE POR ASFIXIA — Os ianomamis podem ser computados como a mais fragorosa derrota de missionários que tentaram convertê-los ao cristianismo. Contam-se nos dedos de uma mão aqueles que aceitaram as sagradas escrituras. Por isso mesmo os missionários diminuíram suas expectativas. "Tanto faz se ele diz Deus ou se diz Omame. O que interessa é que ele aceita a idéia da existência do Senhor", diz Claudinei Alves. Paulista de 28 anos, nascido em Lindóia, foi craque de futebol na adolescência com o apelido de "Pinga" e chegou a treinar no Palmeiras. Abandonou tudo para se tornar missionário batista. Claudinei mora com a mulher, Priscila, e a filha, Emilia, de 1 ano e meio, numa casa da Missão Novas Tribos do Brasil às margens do Rio Toototobi. Uma vez por mês um avião da

missão sai de Boa Vista e viaja uma hora e quarenta minutos para levar suprimento aos missionários. Emilia mistura palavras em ianomami com o português e já pegou malária e pneumonia.

"São provações que enfrentamos com resignação", diz Priscila. Há quinze dias, Priscila teve de suportar outro tipo de provação. Uma das índias da maloca, que já tinha uma filha, foi abandonada pelo marido e decidiu matar o filho recém-nascido se fosse do sexo feminino. Nasceu uma menina e ela foi morta. "Sofri muito, mas os índios não alteraram seu cotidiano por isso", conta Priscila. O infanticídio é uma prática aceita pelos índios desde que se respeitem alguns rituais. A criança índia foi morta por asfixia. Assim que ela nasceu, no mato, longe da maloca, a mãe, assistida por algumas amigas, deixou a criança no chão, arrancou folhas das árvores e encheu sua boca até que ela não mais conseguisse respirar. "Os ianomamis acreditam que se a criança não for tirada do chão ao nascer ela não ganha alma e, portanto, pode ser morta", conta Priscila. Foi o terceiro infanticídio de que Priscila teve notícia desde que passou a conviver com os índios há dois anos.

SEXO EM SILÊNCIO — "Sob o ponto de vista dos índios somos nós que estamos aprendendo com eles", diz Claudinei. Os missionários das Novas Tribos ensinam os índios a escrever seu próprio idioma. É uma simples transcrição fonética dos sons, mas a novidade fez sucesso nas malocas. Foi algo como a invenção do telefone para a tribo dos brancos. Os tuxauas e pajés resistem à novidade, mas ela se alastra com velocidade, especialmente entre os jovens. "Eles trocam mensagens entre as malocas, e alguns aprendem muito rápido", explica Claudinei. Os missionários esperam agora preparar os índios para o inevitável contato com a civilização. "Nossa idéia é ajudá-los a desenvolver uma economia local, de modo que eles possam obter algum excedente nas roças para vender na cidade de Barcelos, às margens do Rio Negro", diz o missionário Brien Wardlaw. Barcelos fica a pelo menos dois dias de barco da maloca do Toototobi, mas os missionários acreditam que não há outra saída. "A civilização está batendo às portas, e eles precisam saber como se proteger", diz Wardlaw. Os missionários são também a única fonte de tratamento médico que os índios de Toototobi dispõem. Claudinei passa as tardes

examinando lâminas ao microscópio, identificando que tipo de malária cada índio tem para que se possa prescrever o tratamento correto. "O índice de infecção de malária aqui passa dos 60%", diz Claudinei.

No começo de sua atuação na selva, os missionários tentaram mudar alguns hábitos dos índios — como a poligamia, a vingança brutal contra os inimigos e o infanticídio. Hoje a palavra de ordem é a convivência pacífica das culturas. Os ianomamis vivem em malocas coletivas onde coabitam em média 100 índios. Não há qualquer separação física entre as redes, mas a discricção é absoluta. "É como se não enxergassem o que o outro faz", diz Wardlaw. Essa situação levou os ianomamis a desenvolver uma maneira peculiar de manter relações sexuais, com movimentos quase imperceptíveis e sem nenhum ruído. Há muito casamento por conveniência política, com as noivas sendo escolhidas pelos tuxauas e destinadas aos guerreiros mais valentes. A infidelidade no casamento gera brigas violentas no casal, mas não a ponto de haver separação. Cabe também aos tuxauas arbitrar essas questões, que, uma vez resolvidas, devem ser esquecidas para sempre. ■